

Perda de tempo é grande ameaça

Ontem, os mercados internacionais abriam novamente sob intenso nervosismo e expectativa, por causa da quebra da corretora Yamaichi, uma das maiores do Japão e que deixa um passivo de mais de US\$ 23 bilhões. As causas desse fracasso ainda são mais ou menos obscuras, mas muitas informações sugerem que elas estão mais ligadas a operações irregulares (e arriscadas) da corretora do que propriamente à crise geral das bolsas ou a alguma iminente "débâcle" da economia japonesa.

Essas informações podem explicar dois fatos. O primeiro refere-se ao fato de o governo japonês, depois de ter insinuado que poderia amparar a empresa, acabar declarando oficialmente que não fará isso, provavelmente por ter percebido que na verdade estaria acobertando ou se acumplicando com operações imprudentes e até ilegais. O segundo fato refere-se ao próprio movimento das bolsas internacionais, que supostamente teriam grandes quedas devido à falência da Yamaichi, mas operaram ontem com quedas pequenas, numa indicação de que seus analistas podem ter qualificado o problema da corretora como específico e localizado.

De qualquer forma, o que se temia mais no cenário internacional era que grandes bancos orientais que porventura tenham acumulado prejuízos com a quebra da corretora se apressassem a vender títulos do Tesouro dos EUA das suas carteiras para cobrir as perdas, disseminando desse modo um processo de desvalorização generalizada de papéis.

Pelo menos até o momento em que escrevíamos, esse temor não se materializara, pois ou os bancos credores da corretora não se movimentaram nesse sentido, ou o governo americano pode ter dado alguma indicação de que "bancaria", na medida das necessidades, seus próprios papéis. E, por outro lado, os representantes dos países da Ásia do Pacífico, reunidos em Vancouver, no Canadá, estudavam um plano destinado a restaurar a estabilidade na região e tranquilizar os investi-

Aprovação rápida das medidas é a alternativa mais indicada no momento

dores sobre a saúde dos mercados financeiros do Japão e da Coreia do Sul.

Não nos iludamos muito, porém. Esses fatos todos mostram que, enquanto a estabilidade não estiver garantida, os fluxos financeiros internacionais podem mudar de direção e de continuidade, em movimentos inesperados, em grande quantidade e em períodos de horas. O que significa que o Brasil não pode estar seguro e tranquilo, muito menos o seu governo.

No dia de ontem, diversos grupos de parlamentares estiveram procurando as autoridades econômicas para apresentar alternativas que consideram menos traumáticas e mais palatáveis àquelas baixadas pelo governo por meio das medidas provisórias. É louvável esse esforço, mas tem sido ocioso, pois nenhuma das medidas cobre plenamente os objetivos de redução do déficit público exigidos para melhor defesa da moeda e do nosso sistema

financeiro. Alguns parlamentares já perceberam que o momento é muito mais de ação do que de discussão ou negociação. Mas outros ainda insistem em imaginar que é o momento de retirar proveitos políticos para si próprios ou de evitar que o governo seja o beneficiado.

Essa atitude de não encarar a crise com a seriedade e a gravidade que ela impõe e de tentar transformar em jogo político as providências que a situação de emergência demanda a prazo curto não só enfraquece aos olhos dos observadores internacionais a determinação que o País teria de demonstrar neste momento, como nos conduz a uma perda de tempo que, nas circunstâncias, é o elemento mais precioso. Aos poucos, o mercado internacional está sabendo identificar as diferenças que existem entre a crise financeira asiática e as economias latino-americanas, e que têm sido expostas com profusão na imprensa internacional. Isso certamente nos ajuda no momento e pode nos beneficiar mais adiante, quando a turbulência se esgotar. Mas é imprescindível que reforcemos essa diferenciação e esses sinais de maior confiança em nossos mercados com demonstrações práticas e inequívocas de que sabemos agir internamente com agilidade e eficácia em nossa própria defesa. Nessa direção é que o Congresso como um todo precisa pensar neste momento, mesmo porque os sacrifícios que as medidas venham a impor podem, oportunamente, ser amenizados. O que não tem amenização é uma crise cambial súbita e pesada. Aí, sim, o sacrifício de todos será muito maior.